



HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

SOBRE A DOCENTE

Krícia de Sousa Silva

Pedagoga (2013), mestre em educação (2016) e doutoranda em educação (quadriênio 2020 – 2024) pela Universidade Federal do Piauí/UFPI. Autora do livro: “Manobras socio poéticas: aprendendo em movimento com jovens skatistas do Litoral do Piauí”. Pesquisadora e autora de artigos em revistas, periódicos e livros que tratam de juventudes, práticas culturais juvenis, corpo e movimento na educação e diversidades, inclusive com a participação em e-book organizado e financiado pela Associação Nacional de Pesquisa em Pós-graduação (ANPED).

Professora Universitária na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (2017-2019) e na Universidade Estadual do Piauí (2017-2020), professora formadora do Plano Nacional de formação de professores (PAFOR/UESPI/UFPI) durante este mesmo período (2017-2020).

Membro e pesquisadora do Observatório das juventudes e violência das escolas (OBJUVE/UFPI), e do núcleo de Estudos em educação, gênero e cidadania (NEPEGECI/UFPI).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
UNIDADE I – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO GERAL E OS PRIMEIROS MODELOS EDUCATIVOS	5
AULA 1. O ESTUDO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	6
AULA 2. OS PRIMEIROS MODELOS EDUCACIONAIS CONSOLIDADOS NA HISTÓRIA: ATENAS E ESPARTA	8
AULA 3. O MODELO EDUCACIONAL DE ROMA.....	12
AULA 4. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA IDADE MÉDIA: A FÉ COMO PRESSUPOSTO PARA A EDUCAÇÃO.....	13
AULA 5. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA MODERNIDADE	16
AULA 6. PENSADORES DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MODERNA.....	18
UNIDADE II – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL – PARTE I	20
AULA 1. EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PERÍODO JESUÍTICO	20
AULA 2. EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PERÍODO JOANINO AO IMPÉRIO	24
AULA 3. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA	27
AULA 4. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL NO PÓS REVOLUÇÃO DE 1930.	29
AULA 5. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA ERA VARGAS	29
UNIDADE III – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL – PARTE II	31
AULA 1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL NA DITADURA MILITAR	31
AULA 2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS	333
AULA 3. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	344
AULA 4. EDUCAÇÃO NO GOVERNO DILMA ROUSSEF	355
AULA 5. A NOVA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA	366
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

APRESENTAÇÃO

Para que(m) serve a educação? Ao longo da história temos conseguido construir uma resposta para as finalidades desta pergunta? Entre os jogos de poder no decorrer dos contextos históricos da humanidade vamos descobrir que a história da educação e da pedagogia não se resume apenas a uma cronologia. Mais que isso, depende da seleção intencional de elementos significativos, segundo pressupostos metodológicos que servem de base para as interpretações dos fatos, a fim de se tecer uma visão de conjunto que supere o relato inevitavelmente fragmentados. Assim, nesse percurso importa o tempo todo estabelecer as relações entre educação e política, entre teoria e poder, e entre educação e sociedade.

Para tanto, essa apostila foi estruturada buscando contemplar a evolução histórica da educação ou das educações, como diria Brandão (2007), localizando os acontecimentos, finalidades, métodos e contexto social da antiguidade ao mundo contemporâneo. Reconhecemos os riscos de separar arbitrariamente campos que estão interligados, mas confiamos na argúcia e sensibilidade de vocês, nossos queridos alunos e alunas para fazer a interação entre os aspectos que, por questão didática, preferimos tratar de modo distinto, ou seja, separando a história da educação universal, da história da educação brasileira, porém utilizando de uma linguagem clara e acessível.

Ao final de cada capítulo, estará esperando por vocês uma interação a ser construída por meio de fórum avaliativo, no qual as atividades sugeridas apresentam questões dissertativas que irão necessitar da criatividade, criticidade e problematização de vocês, e estamos ansiosas para pensar junto e ver o que vocês aprenderam a cada progresso da leitura, estudo e aulas do nosso curso!

Vamos juntos/as?

UNIDADE I

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO GERAL E OS PRIMEIROS MODELOS EDUCATIVOS

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:

1. Compreender a educação, concebendo-a como construção do ser humano, relacionada às condições materiais, políticas, sociais, econômicas e culturais, próprias de sua existência.
2. Verificar conceitos, significados, objetos e fontes de estudo da história da educação e a sua importância para a formação do educador.
3. Conhecer os principais elementos da história geral da educação nos diferentes momentos históricos.
4. Estudar o processo histórico da educação, considerando a realidade social, política, cultural e econômica de cada época, bem como as ideias e práticas educativas dos seus sujeitos históricos.
5. Conhecer as diferentes concepções pedagógicas no contexto da história geral;
6. Analisar quais os objetivos educacionais presentes no contexto da história geral.

INTRODUÇÃO

Primeiramente vamos iniciar os nossos estudos nos questionando o porque é importante nos cursos de licenciatura conhecermos e estudarmos história da educação? Refletindo sobre essa questão vamos partir do pressuposto de que somos seres históricos, e que as nossas ações e pensamentos mudam com o decorrer tempo, e à medida que enfrentamos os problemas não só da vida pessoal, como também da experiência coletiva. É assim que produzimos a nós mesmos e a cultura a que pertencemos.

Cada geração assimila a herança cultural dos antepassados e estabelece projetos de mudança. Ou seja, estamos inseridos no tempo: o presente não se esgota na ação que realiza, mas adquire sentido pelo passado e pelo futuro desejado. Pensar o passado, porém, não é um exercício de saudosismo, curiosidade ou erudição: o passado não está morto, porque nele se fundam as raízes do presente.

Com a história da educação construímos interpretações sobre as maneiras pelas quais os

povos transmitem sua cultura e criam as instituições escolares e as teorias que as orientam. Por isso, é indispensável que o educador consciente e crítico seja capaz de compreender sua atuação nos aspectos de continuidade e de ruptura em relação aos seus antecessores, a fim de agir de maneira intencional e não meramente intuitiva e ao acaso.

A história resulta da necessidade de reconstituirmos o passado, relatando os acontecimentos que decorreram da ação transformadora dos indivíduos no tempo por meio da seleção (e da construção) dos fatos considerados relevantes e que serão interpretados a partir de métodos diversos, como veremos. A preservação da memória, porém, não foi idêntica ao longo do tempo, tendo variado também conforme a cultura.

AULA 1. O ESTUDO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Os povos tribais, não privilegiam os acontecimentos da vida da comunidade, porque, para eles, o passado os remete aos “primórdios”, às origens dos tempos sagrados em que os deuses realizaram seus feitos extraordinários. Fazer história, nesse caso, é recontar os mitos, os acontecimentos sagrados que são “reatualizados” nos rituais, pela imitação dos gestos dos deuses. Por isso, em sociedades tribais é comum que a história seja revivida com danças, cantos e rituais que trazem à tona os fatos passados vivenciados por suas comunidades.

À medida que as sociedades se tornavam mais complexas, o relato oral registrava pela tradição os feitos dos antepassados humanos, mas, ainda assim, na dependência da proteção ou da ira dos deuses. Por exemplo, na civilização micênica, na Grécia antiga, predominava o pensamento mítico, ou seja, prevalência da interferência divina sobre as ações humanas. No século IX a.C. (ou VIII a.C.), Homero – cuja existência real é uma incógnita – relatou na epopeia *Ilíada* a Guerra de Troia, ocorrida no século XI a.C., e conta, na *Odisseia*, o retorno do herói Ulisses à Ítaca, sua ilha de origem. Diversos filmes já foram produzidos buscando mostrar a crença das pessoas desse contexto e épocas históricas na força e influência dos Deuses em suas vidas. *Tróia* (2004) e *A Odisseia* (1997) são clássicos que vocês podem assistir para fazer um mergulho nesse mundo cultural. Nessas narrativas míticas cada herói encontra-se sob a proteção de um dos deuses do Olimpo, portanto, não há propriamente história, mas a constante intervenção divina no destino humano.

A partir do século VI a.C., a filosofia surgiu como uma maneira reflexiva de pensar o mundo, que rejeita a prevalência religiosa do mito e admite a pluralidade de interpretações racionais sobre a realidade. Apesar disso, em toda a filosofia antiga, passando depois pela Idade

Média, permaneceram a visão estática do mundo e a concepção essencialista do ser humano.

No entanto, Heródoto de Halicarnasso, grego nascido na Jônia no século V a.C., ousou abordar a mudança, o tempo, procurando descrever os fatos, de modo que os grandes eventos gloriosos e extraordinários não fossem esquecidos. Naquele tempo, o termo grego *historiê* significava na verdade “investigação”, tendo por base o próprio testemunho de alguém ou o relato oral de outras pessoas. Por esse pioneirismo, Heródoto foi mais tarde chamado “pai da História”.

Outra tendência das teorias na Antiguidade foi a compreensão da história como um movimento cíclico, esquema que serve de base a Políbio (séc. II a.C.) ao explicar a ascensão, a decadência e a regeneração dos regimes políticos: quando um bom regime como a *monarquia* se corrompe com a *tiranía*, a *aristocracia*, constituída pelos “melhores”, toma o poder, mas com o tempo degenera em *oligarquia*; com a revolta do povo funda-se então a *democracia*, que, por sua vez, descamba para a *demagogia*, reiniciando-se o ciclo.

Aranha (2006) afirma que somente a partir da modernidade, com as mudanças que começaram no século XVII, o estudo da história tomou nova configuração. Esse período foi marcado pela ruptura com tradição aristocrática do Antigo Regime, levada a efeito pelas revoluções burguesas. No mesmo bojo, os valores do feudalismo foram substituídos aos poucos pelo impacto da Revolução Industrial, em que ciência e técnica provocaram alterações no ambiente humano antes jamais suspeitadas. A história cíclica foi substituída pela descrição linear dos fatos no tempo, segundo as relações de causa e efeito. Desse modo, os historiadores não mais se orientavam pelo passado como um modelo a seguir, mas desenvolveram a **noção de processo**, investigando o que entendiam por “aperfeiçoamento da humanidade”.

A visão cientificista do positivismo reduz de certa forma as ciências humanas ao modelo do método das ciências da natureza, introduzindo nelas a noção de determinismo. Embora Comte não tenha se ocupado com o estudo da história, a corrente positivista inspirou os historiadores do final do século XIX e do início do século XX, para os quais a reconstituição do “fato histórico” deve ser feita por meio de técnicas cientificamente objetivas que permitam a crítica rigorosa dos documentos. Daí a utilização de ciências auxiliares que garantam a verificação da autenticidade das fontes e que possam datá-las com precisão. Ainda no século XIX, outros pensadores inovaram a noção de história. Para Hege (1770-1831) a história não é a simples acumulação e justaposição de fatos acontecidos no tempo, mas resulta de um processo cujo motor interno é a *contradição dialética*. Ou seja, esse movimento da história ocorre em

três etapas — tese, antítese e síntese — em que a *tese* é a afirmação, a *antítese* é a negação da tese, e a *síntese* é a superação da contradição entre tese e antítese. Esta, por sua vez, vai gerar uma nova tese, que é negada pela antítese e assim por diante. Como se vê, a maneira dialética de abordar a realidade considera as coisas na sua dependência recíproca e não linear.

Karl Marx (1818-1883) apropriou-se da dialética hegeliana, mas contrapôs ao idealismo de seu antecessor uma concepção materialista da história. Enquanto para Hegel o mundo é a manifestação da Ideia, para Marx a história deve ser analisada a partir da infraestrutura (fatores materiais, econômicos, técnicos) e da luta de classes. Recusa, assim, a interpretação de que a história humana se transforma pela ação das próprias ideias (muito menos pela ação de “heróis” e “grandes vultos”), para justificar que o motor da história é a luta de classes: para entender o movimento histórico, não se deve partir do que os indivíduos pensam, dizem, imaginam ou valoram (isto é, da superestrutura) e sim da maneira pela qual produzem os bens materiais necessários à sua vida. Somente nesse campo percebemos o embate das forças contraditórias entre proprietários e não proprietários e entre estes últimos e os seus meios e objetos de trabalho. Desse modo é possível compreender o conflito de interesses antagônicos entre senhor x escravo (na Antiguidade), senhor feudal x servo (na Idade Média), capitalista x proletário (a partir da modernidade).

Sem perder de vista que nosso interesse aqui é a educação, Aranha (2006) nos lembra que Marx examina a história do ponto de vista dos interesses da classe dominante, o que explicaria, para ele, a ideologia da exclusão dos não proprietários de bens ao acesso pleno à cultura. Sob esse enfoque, a chamada história oficial silencia o pobre, o negro, a mulher e também os excluídos da escola, porque as interpretações são feitas de acordo com os valores e interesses dos que ocupam o poder. Ao final de nossa apostila falaremos mais sobre isso, e sobre outras perspectivas de compreensão da história da educação.

AULA 2. OS PRIMEIROS MODELOS EDUCACIONAIS CONSOLIDADOS NA HISTÓRIA: ATENAS E ESPARTA

A educação grega estava centrada na formação integral — corpo e espírito —, embora, de fato, a ênfase se deslocasse ora mais para o preparo militar ou esportivo, ora para o debate intelectual, conforme a época ou o lugar. Nos primeiros tempos, quando ainda não existia a escrita, a educação era ministrada pela própria família, conforme a tradição religiosa. Quando se constituiu a aristocracia dos senhores de terras, de formação guerreira, os jovens da

elite eram confiados a preceptores. Apenas com o surgimento das póleis, ou seja, as primeiras grandes cidades, é que apareceram também as primeiras escolas, visando a atender à demanda por educação. No período clássico, sobretudo em Atenas, a instituição escolar já se encontrava estabelecida.

Na sociedade escravagista grega, o chamado *ócio digno* significava a disponibilidade de gozar do tempo livre, privilégio daqueles que não precisavam cuidar da própria subsistência. O que não se confunde com o “fazer nada”, mas sim refere-se ao ocupar-se com as funções nobres de pensar, governar, guerrear. Não por acaso, a palavra grega para escola (*scholê*) significava inicialmente “o lugar do ócio”.

A educação física, foi inicialmente guerreira e militar, mas, com o processo de complexificação da vida nas póleis, passou a ser orientada sobretudo para os esportes. Por isso, nas escolas, a formação era mais esportiva do que intelectual, e assim, o ensino das letras e cálculos demorou um pouco para se difundir. Por volta do século VI a.C. porém, já se tornara bem mais frequente.

Como aspecto comum às cidades gregas, a transmissão da cultura não era prerrogativa apenas da família ou das escolas nascentes, sendo as tradições também aprendidas nas inúmeras atividades coletivas. Convém destacar, nessa “comunidade pedagógica”, a importância do teatro, acessível ao povo, que assistia às tragédias e comédias, bem como dos festivais pan-helênicos, que congregavam visitantes de todas as partes do mundo grego. Dentre os mais concorridos destacavam-se a cada quatro anos os *jogos olímpicos*, realizados na cidade de Olímpia, e que reuniam desde o século VIII a.C. todas as cidades gregas — este evento tão valorizado que os conflitos cessavam durante sua realização. Eram educativos também os banquetes e as reuniões na ágora, praça pública, no coração da cidade, que servia ao mesmo tempo para o mercado e para as assembleias políticas.

A ênfase dada à formação integral deu origem a um conceito de complexa definição: *paideia*, palavra que teria sido cunhada por volta do século V a.C., mas que exprimia um ideal de *formação* constante no mundo grego. De início significava educação dos meninos (*pais*, *paidós*, “criança”), mas com o tempo, adquiriu nuances que a tornaram intraduzível.

Como as póleis (cidades) eram autônomas politicamente, também o modo de educar variou entre elas. Por questões didáticas, vamos privilegiar dois modelos radicalmente diferentes: o de Esparta, cidade militarizada, e o de Atenas, iniciadora do ideal democrático.

Esparta era uma importante cidade-estado situada na península do Peloponeso. Após a fase heroica, ao contrário das demais cidades gregas, ainda valorizava as atividades guerreiras,

desenvolvendo uma educação severa, orientada para a formação militar. Por volta do século IX a.C. o legislador Licurgo organizou o Estado e a educação. De início, os costumes não eram tão rudes, e o preparo militar era entremeado com a formação esportiva e a musical. Com o tempo — sobretudo no século IV a.C., quando Esparta derrotou Atenas — o rigor da educação acabou assemelhando-se à vida de um soldado. Os cuidados com o corpo começavam com uma política de eugenia — prática de melhoramento da espécie —, que recomendava fortalecer as mulheres para gerarem filhos robustos e sadios, bem como abandonar as crianças deficientes ou frágeis demais. Após permanecerem com a família até os 7 anos, as crianças recebiam do Estado uma educação pública e obrigatória. Viviam em comunidades constituídas por grupos de acordo com a idade e supervisionados pelos que se distinguiram no desempenho das tarefas exigidas. Como todos os gregos, os espartanos estudavam música, canto e dança coletiva.

Até os 12 anos as atividades lúdicas predominavam. Depois, aumentava o rigor da aprendizagem, e a educação física se transformava em verdadeiro treino militar. Os jovens aprendiam a suportar a fome, o frio, a dormir com desconforto, a vestir-se de forma despojada. A educação moral valorizava a obediência, a aceitação dos castigos, o respeito aos mais velhos e privilegiava a vida comunitária. Sob esses aspectos, as organizações da juventude espartana se assemelham bastante às dos Estados totalitários, como o nazismo, no século XX. No filme “300” (2006) é retratado com bastante fidelidade a forma como os meninos espartanos foram educados ao longo da vida, bem como assimilavam e tomavam para si os valores apregoados pela sociedade em que viviam.

Ao contrário dos atenienses, os espartanos não eram dados a refinamentos intelectuais, nem apreciavam os debates e os discursos longos. Aliás, a palavra laconismo, que significa “maneira breve, concisa, de falar ou escrever”, deriva de Lacônia, região onde viviam os espartanos. De toda a Grécia, eram as cidades de Lacônia as que ofereciam maior atenção às mulheres, que participavam das atividades físicas, como exercícios de salto, lançamento de disco, corrida, dança. Por ocasião das festividades, elas se exibiam nos jogos públicos, mostrando a todos os presentes a força, a beleza e o vigor dos corpos bem treinados.

Por outro lado, Atenas foi “a escola de toda a Grécia”, pois ao lado dos cuidados com a educação física, destacava-se a formação intelectual, para que melhor se pudesse participar dos destinos da cidade. Com a ascensão da classe dos comerciantes, em oposição à antiga aristocracia, impôs-se outra forma de exercício de poder e, portanto, uma nova educação.

Vimos que, passado o período heróico, a educação ainda era aristocrática e dela se

incumbia a família. No final do século VI a.C., já terminando o período arcaico surgem formas simples de escolas. Embora o Estado já demonstrasse algum interesse, o ensino não se tornou obrigatório nem gratuito, predominando a iniciativa particular.

A educação se iniciava aos 7 anos. A criança do sexo feminino permanecia no gineceu, local da casa onde as mulheres se dedicavam aos afazeres domésticos, menos importantes em um mundo essencialmente masculino. Se fosse menino, desligava-se da autoridade materna para iniciar a alfabetização e a educação física e musical. **Era sempre acompanhado por um escravo, conhecido como pedagogo. A palavra paidagogos significa literalmente “aquele que conduz a criança” (pais, paidós, “criança”; agogós, “que conduz”).** O menino era levado à palestra, para praticar exercícios físicos, sob a orientação do pedótriba (instrutor físico). Ali era iniciado na competição famosa de jogos que constituíam as cinco modalidades do pentatlo, tais como corrida, salto, lançamento de disco, de dardo e luta. Fortalecia o corpo ao mesmo tempo que aprendia o domínio sobre si mesmo, já que a educação física nunca se reduzia à mera destreza corporal, mas vinha acompanhada pela orientação moral e estética.

O ensino elementar de leitura e escrita, durante muito tempo, mereceu menor atenção e cuidado do que as práticas esportivas e musicais. O mestre de letras era geralmente uma pessoa humilde, mal paga e não tinha o prestígio do instrutor físico. Com o tempo, à medida que aumentou a exigência de melhor formação intelectual, delinearam-se três níveis de educação: elementar, secundária e superior. O gramático (grammata, literalmente “letra”), também chamado didáscalo, reunia, em qualquer canto — sala, tenda, esquina ou praça pública —, um grupo de alunos, para lhes ensinar leitura e escrita. Os métodos usados dificultavam a aprendizagem, em que se acentuava o recurso de silabação, repetição, memorização e declamação. Geralmente as crianças aprendiam de cor os poemas de Homero e de Hesíodo, as fábulas de Esopo e de outros autores, escreviam em tabuinhas enceradas, e os cálculos eram feitos com o auxílio dos dedos e do ábaco.

A educação elementar completava-se por volta dos 13 anos. As crianças mais pobres saíam em busca de um ofício, enquanto as de família rica prosseguiram os estudos, sendo encaminhadas ao ginásio. Esta palavra tem diversos sentidos: inicialmente designava o local para a cultura física onde, os gregos se apresentavam despidos (daí sua origem etimológica: gimnos, “nu”). Com o tempo, as atividades musicais se direcionaram para discussões literárias, abrindo espaço para assuntos gerais como matemática, geometria e astronomia, sobretudo sob a influência dos filósofos. Com a criação de bibliotecas e salas de estudo, o ginásio adquiriu feição mais próxima do conceito de local de educação secundária.

Dos 16 aos 18 anos, a educação assumiu uma dimensão cívica de preparação militar, instituição que se desenvolveu por volta do século IV a.C. e é conhecida como efebia (efebo, “jovem”). Após a abolição do serviço militar em Atenas, a efebia passou a constituir a escola em que se ensinavam filosofia e literatura. Apenas com os sofistas (século V a.C.) teve início uma espécie de educação superior. Aqueles filósofos também se dedicaram à profissionalização dos mestres e à didática, cuidando inclusive da ampliação das disciplinas de estudo.

AULA 3. O MODELO EDUCACIONAL DE ROMA

Essa fase da educação se dividiu em 3 fases que ocorreram em períodos distintos: Heroico- patrícia, Cosmopolita e Império. A formação predominante deste período foi a Cultura humanitas – voltada para a formação humanística, cosmopolita e universal que buscava formar um homem virtuoso, moral, político e literário.

O educador era o pai, que na sociedade familiar romana, desempenha o papel de Senhor e de Sacerdote (pater-família) exercendo a máxima autoridade em um grupo familiar que geralmente era composto de muitos membros. A mãe tinha papel importante, especialmente nos primeiros anos do filho, pois ela ensinava o respeito e a moral da “mãe romana”. Até os 7 anos as crianças ficavam excepcionalmente com ela. Depois, as meninas aprendiam no lar os serviços domésticos, e o pai se encarregava da educação do filho.

Educação heroico-patrícia foi pautada na prática utilitária (agricultura e plantio), na moral militarista (civismo e preparação para luta) e na imitação de modelos do pai e outros antepassados; Os meninos aprendiam ainda a ler, contar e o manejo com armas, natação e luta visando preparar o guerreiro. Aos 15 anos o rapaz acompanhava o pai ao foro para aprender o civismo. Aos 16 anos era encaminhado para a função militar ou política.

Na educação cosmopolita encontramos as Primeiras escolas de iniciativa privada, no qual os professores eram conhecidos como *Ludi-magister*, significado para *Mestres das escolas* que eram mal pagos e desempenhavam seu ofício em qualquer lugar. Nas escolas elementares aprendia-se os rudimentos das artes de ler, escrever e contar e na Escola dos gramáticos – jovens de 12 a 16 anos, estudavam clássicos gregos e disciplinas “reais”. A retórica, muito valorizada, passou a exigir aprofundamento teórico, gerando um 3º grau de educação – escola do retor (professor de retórica). O *Retor* diferente dos *ludi magister* e dos *gramáticos*, eram respeitados e bem pagos. As escolas superiores eram exclusivas para jovens da elite que iriam se destacar na vida pública e que por isso se preparavam para as assembléias e tribunas, se dedicando ao

estudo do direito, filosofia, política e disciplinas reais. A educação física era voltada para a preparação de bons soldados e nesse contexto, começamos a presenciar uma desvalorização dos trabalhos manuais;

Em resumo:

- *Escolas elementares, ou ludi* era onde se aprendia a ler, escrever e calcular. Seus mestres eram desvalorizados e mal pagos.
- *Escola grammaticus ou secundárias* - se ensinava a língua latina e a grega, estudavam os autores das literaturas, através das quais se aprendia a cultura helênica em geral;
- *Escolas de retórica* uma espécie de institutos universitários, que surgem com uma diferenciação por prepararem os jovens para atuarem na vida pública.

Nas escolas romanas as crianças eram tratadas como adultos, tendo como principal método de ensino a memorização (mnemônico) e utilizava também de Castigos físicos para manter a disciplina desse processo de memorização.

No período do império a crescente intervenção do estado nos assuntos educacionais se tornou cada vez mais crescente, visto que necessitavam de funcionários com pelo menos instrução elementar para ajudar na realização dos serviços. Por essa razão, o Imperador Vespasiano instituiu com as autoridades municipais que fossem criadas escolas e que fossem suportados os seus custos pelo estado, concedendo aos professores proteção e privilégios de ordem fiscal, isentando-os de impostos e definindo seus salários. A partir daí, o estado estimulou a criação de escolas municipais em todo o império, dando-lhe importância para a difusão da escrita;

Como os gregos, os romanos usavam o escravo para trabalhos manuais, igualmente desvalorizados. Ócio digno prevalece a fim de formar o indivíduo racional, capaz de pensar de modo correto e de se expressar de forma convincente. A filosofia não teve atenção como na Grécia. Os romanos não se voltaram para contemplação e teorização do mundo, prevalece a **retórica sobre a filosofia**. Essa desatenção com a filosofia acabou acentuando o formalismo ocioso e o palavreado vazio, descuidando da formação científica e artística, e dando atenção para minúcias gramaticais e artifícios que proporcionavam brilho nas conversações

AULA 4. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA IDADE MÉDIA: A FÉ COMO PRESSUPOSTO PARA A EDUCAÇÃO

A Idade Média abarca um período de mil anos, desde a queda do Império Romano (476) até tomada de Constantinopla pelos turcos (1453). Esse longo tempo torna difícil descrever suas principais características sem incorrer no risco da simplificação.

Muitos estudiosos consideram esse período um retrocesso na evolução do conhecimento e das ciências de inúmeras áreas, ficando este período conhecido também como “a idade das trevas”. Contudo, convém não considerar que nem todo o período medieval foi intelectualmente obscuro, pois embora tenha havido retrocessos em diversos setores, dependendo da época e do lugar, os povos do Oriente, por exemplo, mantiveram uma cultura viva e efervescente.

Nesse contexto, o mundo do trabalho se transforma intensamente, sobretudo pelo fim do escravismo e a emergência do feudalismo, e juntamente com isso, a sociedade e a política passam a ser ligadas a igreja, que passa a ser depositária de todo o poder da época, inclusive da educação que ganha um cunho extremamente religioso.

No império bizantino, apesar de não haver o predomínio de ensino religioso nas escolas, ele era obrigatório, e a educação era voltada para a formação humana e a preparação de funcionários capazes de assumir administração do estado. No final deste período, se consolidavam dois tipos principais de características de escolas: as escolas **monásticas**, voltadas especificadamente para os estudos religiosos; e as escolas **patriarcais** que não se restringiam a formação religiosa, mas esta era também muito vigorosa.

Criar escolas não era a finalidade dos monges, que são considerados os grandes educadores da época, porém, como eram os indivíduos mais instruídos, assumiram o monopólio do ensino e também da ciência, tornando-se o principal reduto da cultura medieval. Eles ensinavam latim e as humanidades para todas as pessoas, e selecionavam os melhores alunos para ter a oportunidade de estudar ainda a filosofia e a teologia. Com o passar do tempo, os funcionários leigos do Estado passaram a ser substituídos pelos religiosos, e a sociedade como todo a viver os valores que a igreja pregava de desvalorização dos aspectos corpóreos e sensíveis do homem, chegando a utilizar de flagelo para combater os desejos naturais.

No Islã, único lugar onde não predominava a religião católica, foi incentivado o interesse na pesquisa e experimentação, pois isso significava uma forte oposição as ideias da igreja, e por isso se destacaram na matemática, álgebra, medicina, geografia, entre outras ciências. Suas escolas primárias ensinavam leitura e escrita, e o ensino da moral por meio da memorização do alcorão.

A partir do século VIII, o Islã realiza ainda mais conquistas territoriais, e com isso os europeus perdem o acesso ao mar Mediterrâneo, desenvolvendo um declínio cada vez maior

no comércio e provocando regressão econômica e fortalecimento do processo de feudalização. As pessoas se desinteressaram de aprender a ler e a escrever, e mesmo na Igreja muitos padres descuidavam-se da cultura e da formação intelectual. Apesar desses fatores, cada vez mais o Estado precisava do clero culto nas atividades administrativas.

No final do século VIII e começo do IX, teve início o chamado renascimento carolíngio. Carlos Magno — antes rei dos francos e depois imperador de um vasto território —, trouxe para sua corte vários intelectuais, entre os quais o anglo-saxão Alcuíno. O objetivo do imperador era reformar a vida eclesiástica e, conseqüentemente, o sistema de ensino. A escola palatina (assim chamada porque funcionava ao lado do palácio) tornou-se sede de um novo movimento de difusão dos estudos que visava à reestruturação e fundação de escolas monacais, de escolas catedrais (ao lado das igrejas, nas cidades) e de escolas paroquiais, de nível elementar. O conteúdo do ensino era o estudo clássico das sete artes liberais que na Idade Média se constituíram em trivium e quadrivium:

- Trivium, constavam as disciplinas de gramática, retórica e dialética, que correspondiam ao ensino médio;
- Quadrivium, formado por geometria, aritmética, astronomia e música, destinava-se ao ensino superior, com acesso de um número bem menor de pessoas.

Contudo, este formato de ensino começa a se modificar por volta do século XI, momento no qual devido a mudanças sociais e econômicas ocorridas a partir do comércio que ressurgiu e das moedas que voltam a circular, começam a surgir feiras em diversas regiões da Europa, criadas por negociantes que como lidavam com muito dinheiro, precisavam de ligas de proteção contra invasores. A partir daí, as cidades cresceram graças ao comércio florescente que começou novamente a evoluir com a retomada do acesso ao mar. Essas mudanças repercutiram em todos os setores da sociedade, criando uma nova classe social que se contrapunha tanto ao clero quanto à nobreza: a burguesia. Desde o nascimento dessa classe social emergente, se tornaram três os polos da atividade medieval: o castelo, o mosteiro e a cidade; e conseqüentemente três os seus agentes: o nobre, o padre e o burguês.

Para atender os desejos e anseios da burguesia, começam a surgir as primeiras escolas que não tinham como foco a atividade religiosa, e ficaram conhecidas como **escolas seculares**, nessas escolas havia a substituição do trivium e quadrivium pela história, geografia e ciências naturais. As escolas seculares eram consideradas revolucionárias, pois contestavam o ensino religioso, buscando por uma formação que atendesse aos interesses burgueses de conhecimento

da natureza, geografia, ciencias, disciplinas que possibilitassem ao homem um maior dominio sobre o mundo e as coisas a sua volta, porém essas escolas eram nômades e multisseriadas e a partir do século XIII separou-se o ensino da burguesia patricia “cultura desinteressada”, da burguesia plebeia “leitura e escrita”.

No que se referia a educação do servo, o pensamento predominante da época era que Deus determinava a cada um o seu lugar, e que o lugar do servo era trabalhando. Essa concepção de educação foi o motivo pelo qual por muito tempo conseguiu-se manter os servos obedientes e submissos as vontades do clero e da burguesia. Deste modo, não se julgava importante ensiná-los, apenas torna-los cristãos. Sua educação era voltada para poesia e música, de teor religioso, e o ensino era apenas da devoção e do comportamento cristão ideal.

A alta expressão da filosofia cristã medieval ficou por conta da chamada escolástica, uma **filosofia que era serva da teologia**, pois colocava a razão a serviço da fé, e se baseava no seguinte método de estudo: Leitura – comentário – questões – discussões, sendo que a etapa da discussão era restrita e controlada pela ortodoxia religiosa. Por isso, justifica-se que a autoridade da igreja diminuiu o espírito crítico e a autonomia de pensamento na idade média, colocando uma Visão teocêntrica da educação no centro do processo educativo, já que Deus foi o fundamento da ação pedagógica e a finalidade da formação cristã e que eram os monges os seus principais detentores do conhecimento.

AULA 5. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA MODERNIDADE

Os séculos XV e XVI foram marcados pelo movimento cultural denominado de renascimento, que se efetivou principalmente na Europa, sobretudo na Inglaterra, Holanda e França. Como o próprio nome sugere, o renascimento significava literalmente uma retomada dos valores greco-romanos, acima dos valores religiosos que começam a decair, levando ao fim da concepção no teocentrismo, ou seja, Deus no centro do fundamento da sociedade. Logo, o homem passa a se utilizar da razão para descobrir mais sobre si mesmo e sobre o mundo. Destacam-se os valores da burguesia, que tanto no renascimento, quanto logo depois no iluminismo, foi favorecida enquanto camada social.

Na literatura, o humanismo¹ refletia as mudanças que aconteciam na sociedade, e apregoava uma continua recusa dos valores medievais, a secularização do saber, ou seja, o

¹ Principal movimento literário da época, um marco de transição entre a idade média e o período do Renascimento.

distanciamento do saber das questões religiosas; A negação do ascetismo medieval, o aumento do interesse pelo corpo e pela natureza e a ampliação dos conhecimentos de anatomia com prática de dissecação de cadáveres humanos, que na Idade Média fora proibida. A partir dessas mudanças, a decadência do feudalismo foi se estabelecendo, assim como foi sendo criado um novo regime econômico: o capitalismo.

A igreja católica por sua vez, começa no século XIV com manifestar a sua insatisfação frente as inúmeras mudanças de visão de mundo que vinham a acontecer simultaneamente. Porém, ao mesmo tempo, eram diversos os movimentos de ruptura com a igreja, que surgiam por todos os lados, como uma crítica a sua estrutura autoritária da época. Contudo, podemos afirmar que a maior crise da igreja aconteceu com a reforma protestante de Martinho Lutero (sec. XVI) que questionava o poder do Papa e a eficácia da venda de indulgências ou perdão dos pecados humanos, propondo o retorno das consultas diretas pelas pessoas ao texto bíblico, sem intervenção dos padres ou do clero.

Nesse contexto, a igreja se reorganiza com base em um movimento que ficou conhecido como contrarreforma, pois significava as suas ações para se renovar diante da reforma protestante que se ampliava e tomava conta de grande parte da Europa. O Concílio de Trento foi a resposta que o catolicismo deu à Reforma Protestante de forma a reestabelecer a autoridade papal e afirmar a consolidação de alguns sacramentos sagrados para a fé católica, como por exemplo o batizado, eucaristia e confissão.

Entre reforma e contrarreforma, no renascimento a educação tornava-se uma questão de moda e exigência. O dualismo escolar se manteve forte nesse período, pois a nobreza e a burguesia queriam educar e instruir bem os filhos e os enviavam à escola, de forma a prepará-los para a liderança e a administração da política e dos negócios. Os pobres, por sua vez, tinham uma educação baseada em preceptoria no qual restringiam-se a aprendizagem de ofícios.

O aparecimento dos colégios foi um fenômeno ligado ao surgimento da nova imagem de infância e família, pois na Idade Média misturava-se adultos e crianças na mesma classe, sem uma organização que os separassem em graus de aprendizagem, e é a partir do Renascimento que esses cuidados passaram a ser tomados, principalmente no século XVII. Importante frisar que a escola não se restringia apenas a transmissão de conhecimentos, mas à formação moral, por isso era severa e disciplinar. Nas escolas leigas, totalmente independentes da igreja, desenvolvia-se recreação, exercício físico, sociabilidade e autodomínio. A Formação intelectual era mais alta expressão da cultura humanística.

A partir do ponto culminante entre o renascimento, a Reforma e a revolução científica, no século XVII surge o movimento do Iluminismo, fundamentado nos pilares da natureza, razão e progresso.

AULA 6. PENSADORES DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MODERNA

O pensamento pedagógico no contexto do Iluminismo é bastante amplo, pois neste período era muito importante investir em educação para alcançar o progresso da sociedade. Inúmeros educadores começam então a construir suas teorias sobre o processo de ensino-aprendizagem, e a fundamentar o trabalho pedagógico no espaço escolar. Segundo Libâneo (2013) é Jean Jacques Rousseau (1712-1778) o pai da pedagogia moderna, pois foi o primeiro a propor uma forma de ensino baseada nas necessidades e interesses imediatos das crianças, colocando-as no centro do processo de aprendizagem. Para Libâneo (2013) as **ideias mais importantes de Rousseau são as seguintes:**

- São os interesses e necessidades das crianças que determinam a organização do estudo e seu desenvolvimento. – Natureza, experiência, sentimento.
- As crianças são boas por natureza elas tem uma tendência natural para se desenvolverem.

A partir dessas duas principais ideias de compreensão do processo de aprendizagem da criança, na obra “O Emílio”, Rousseau esboça as linhas gerais que acredita que deveriam ser seguidas para que a educação constituísse a criança em um adulto bom (CAMBI, 1999). Infelizmente, Rousseau não colocou em prática suas ideias e nem elaborou realmente uma teoria do ensino. Essa tarefa coube a outro pedagogo, Henrique Pestalozzi que foi imensamente influenciado pelas obras de Rousseau, principalmente o Emilio (1746-1827).

Como pensador iluminista, Pestalozzi compreende que a criança se desenvolve de dentro para fora – ideia totalmente oposta à concepção de que a função do ensino é preenchê-la de informação, crenças e valores, conforme por exemplo, era na Idade média. Para ele os cuidados que o professor deveria ter eram: respeitar os estágios de desenvolvimento da criança, dar atenção à sua evolução, suas aptidões e necessidades, de acordo com as diferentes idades. Ao contrário de Rousseau, cuja teoria não ficou claramente idealizada, Pestalozzi, chegou a experimentar sua teoria e tirava a teoria da prática, nas várias escolas que criou. Ele costumava comparar o professor ao jardineiro, que devia providenciar condições para que as plantas seguissem seu desenvolvimento natural. Ele gostava de lembrar que a semente traz em si o

"projeto" da árvore toda, daí até hoje algumas escolas de Educação Infantil, serem chamadas de "jardins de infância".

Pestalozzi afirmava ainda que o aprendizado deveria ser conduzido pelo aluno, com base na experimentação prática e na vivência intelectual, sensorial e emocional do conhecimento. Sua ideia era de que a criança deveria "aprender fazendo", ideia amplamente incorporada pela maioria das escolas pedagógicas posteriores a Pestalozzi. As ideias desse pensador, juntamente com as de Rousseau eram extremamente inovadoras e simbolizavam a novidade, o cientificismo e o avanço no qual correspondia com as demandas da sociedade do Iluminismo.

As ideias de Rousseau e Pestalozzi influenciaram muitos outros pedagogos. O mais importante deles foi Johann Friedrich Herbart (1766-1841), pedagogo alemão que teve muitos discípulos e que exerceu influência relevante na didática e na prática docente. Para Herbart, o fim da educação é a moralidade, atingida através da instrução educativa, ou seja, da educação escolar. Educar o homem significava instruí-lo para querer o bem, de modo que aprenda a comandar a si próprio, por isso, para Herbart a principal tarefa da instrução é introduzir ideias corretas na mente dos alunos, sendo o professor um arquiteto da mente, no qual tem como seu principal objetivo de ensino provocar a acumulação de ideias na mente da criança. Herbart acreditava que os alunos deveriam compreender o que o professor transmite, mas apenas com a finalidade de reproduzir a matéria transmitida. Diante desta ideia, a aprendizagem se torna mecânica, automática, associativa, não mobilizando a atividade mental, a reflexão e o pensamento independente e criativo dos alunos.

As ideias de Rousseau, Pestalozzi e Herbart formaram as bases do pensamento pedagógico europeu, difundindo-se depois por todo o mundo, e foi através das suas concepções de ensino e aprendizagem que a educação escolar passou a ser planejada e formalizada, sofrendo muitas transformações.

UNIDADE II

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL – PARTE I

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:

1. Conhecer os principais elementos da história da educação no Brasil: do contexto da Colônia até a era Vargas.
2. Refletir sobre o processo histórico da educação do Brasil colônia até a era Vargas, considerando a realidade social, política, cultural e econômica de cada época, bem como as ideias e práticas educativas que se desenvolveram no Brasil nestes períodos históricos.
3. Analisar quais os objetivos educacionais presentes no contexto da história do Brasil, com foco no contexto colonial até a era Vargas.
4. Perceber a singularidade da formação e do papel do docente no Brasil nos contextos do Brasil colônia até a era Vargas.

AULA 1. EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PERÍODO JESUÍTICO

Como começa o processo educacional no Brasil? Quem são os pioneiros nesse trabalho em nosso país? E que características tinha o primeiro modelo educacional que aqui se concretizou? Essa são algumas das questões que buscaremos responder neste início da segunda Unidade. Vimos na unidade passada que foram muitas as transformações que aconteceram na educação ao longo da história da humanidade. Veremos que no Brasil isso não será diferente, pois a cada nova transformação social, a demanda por educação também se modifica e especificadamente aqui no Brasil, nós não podemos separar a história europeia da vida na então colônia brasileira. A história do Brasil Colônia não pode ser desvinculada da história europeia, já que a economia desenvolvida em nossa sociedade estava organizada para atender o comércio europeu, via Portugal.

A ação dos portugueses no Brasil restringiu-se, de início, à extração do pau-brasil e algumas expedições exploratórias. A partir de 1530 tem início a colonização, com o sistema de capitanias hereditárias, e começa a monocultura da cana-de-açúcar. A colonização do Brasil foi pensada e realizada em função da produção para o enriquecimento da coroa e do estabelecimento mercantil dominante. Não havia lugar para muitos. Havia os senhores de

engenho e os outros. Daí as principais características da estrutura econômica colonial: latifúndio, escravatura, monocultura, sociedade patriarcal centrada no poder do senhor de engenho e economia de modelo agrário exportador dependente.

Em 1549 acompanhado pelo governador-geral Tomé de Sousa, chega ao Brasil o grande líder jesuíta: Pe. Manoel da Nóbrega. Os jesuítas eram assim chamados por fazerem parte da companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534, de maneira a deter o avanço da reforma protestante. O processo educacional na colônia começou com apenas 15 dias após a chegada de Pe. Manoel da Nóbrega que assim que devidamente instalado, começou a fazer funcionar a “Escola de ler e escrever”. Promovera juntamente com outros padres jesuítas a catequese dos índios, a educação dos filhos dos colonos e a formação de novos sacerdotes. A missão de educar e catequisar era difícil: de um lado índios com língua e costumes desconhecidos, de outro lado os portugueses rudes e aventureiros.

Durante esse período as figuras centrais na oferta educacional da época foram sem dúvida a “tríade esplêndida”, como ficaram conhecidos os padres jesuítas: Manoel de Nóbrega, destacando-se nas questões relacionadas a política; Aspilcueta Navarro, primeiro jesuíta a aprender a língua do tupi-guarani); E José de Anchieta que foi reconhecido pelo seu trabalho apostólico, sendo também chamado de “o Santo”.

Devido ao trabalho educativo dos jesuítas ter durado 210 anos, podemos dividi-lo em três principais fases, a saber:

- 1º Etapa: Período Heroico (1549- 1570);
- 2ª Etapa: Período de Consolidação (1599-1759);
- 3ª Etapa: Período Pombalino (1759-1808);

Na fase do período Heroico, os jesuítas percebiam os Indígenas como “filhos menores”, “uma folha em branco” que se poderia inculcar os valores cristãos; para conseguir alcançar este objetivo, eles tinham como foco conquistar o chefe da tribo e desmascarar o pajé, tornando os saberes tribais desvalorizados pelos então membros da tribo. Os Curumins eram os alunos prediletos dos jesuítas, por que não se sentia neles influencia tão forte do pajé em seus hábitos diários, e por isso usavam-se diversos recursos para chamar a atenção deles.

No que se refere aos métodos de ensino, Pe. Anchieta fica a cargo de elaborar uma gramática Tupi-guarani e passou a substituir os cantos indígenas por outros, compostos por ele mesmo, cantos secos e mecânicos, sem falar em amor, apenas em nossa senhora e nos santos. Dessa maneira, começaram a abalar o sistema comunal primitivo.

Nesse contexto, os índios se encontravam a mercê de três interesses distintos:

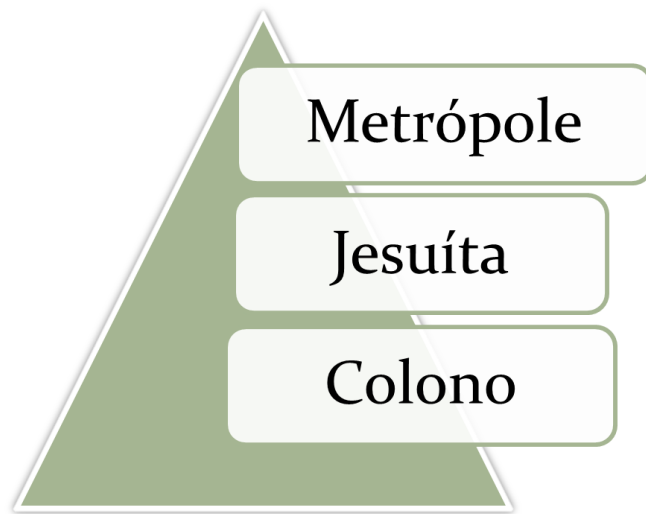


Imagem: Interesses nos quais os índios estavam submissos
Fonte: arquivo da professora

Sobre esse quadro, explicitamos cada um desses interesses, nos quais: o interesse da metrópole estava em integrar o índio ao processo colonizador; Os jesuítas, por outro lado, para cumprir com o objetivo da companhia de Jesus, queriam convertê-lo ao cristianismo e aos valores advindo da Europa; e o colono queria usá-lo como escravo para o trabalho.

Nas missões, pequenas aldeias jesuíticas localizadas no sertão, longe dos colonos ávidos de escravos, os jesuítas prestavam um serviço civilizatório para os índios. Mudaram suas práticas nômades, consideradas bárbaras e estabeleceram juntamente com eles um sistema agrícola. As antigas ocas foram transformadas em casas, e para tudo havia disciplina, visto que na aldeia cada coisa deve ter seu lugar e sua hora. Caso, essa disciplina não fosse colocada em prática pelos índios, os jesuítas aplicavam-lhes correção e penalidades. Com o passar dos anos, as missões prosperavam significativamente e passaram além da atividade agrícola, a criar gado, produzir artesanato, fabricação de instrumentos musicais, construção de templos, tornando-se verdadeiras escolas de indústria.

Na segunda fase educacional do período Jesuítico, conhecido como período de consolidação, as escolas passaram a reunir os índios e filhos dos colonos; mas, depois separava os “instruídos” dos “catequizados”. A educação da criança indígena resumia-se em cristianizar e pacificar, formar “corpos dóceis” para o trabalho. Os jesuítas conquistaram a mulher e a criança da casa-grande.

Nessa fase, a educação pautada no *Ratio Studiorum*, coletânea que fundamentava toda a pedagogia nos colégios jesuíticos, com objetivos de organização social e cultural, baseada na catequese e na cristandade, e que passa a estruturar a educação em três cursos:

- a) Letras humanas; com o ensino de gramática, humanidades e retórica, formava o Humanista.
- b) Filosofia e ciências (artes); com três anos de duração formava o Filósofo;
- c) Teologia e ciências sagradas, visando formar o futuro padre, com duração de 4 anos.

Terminando o curso de artes era oferecido aos jovens duas alternativas: ou cursar o curso de teologia e ciências sagradas para tornar-se teólogo ou padre; Ou investir nas carreiras profanas fora do Brasil. O ensino jesuítico manteve a escola conservadora, alheia a revolução intelectual do renascimento, por isso não faziam parte do currículo escolar as ciências físicas ou naturais. As mulheres encontravam-se excluídas do ensino, do mesmo modo que os negros, cujo filhos nunca despertaram interesse dos padres, e por se tratar de uma sociedade agrária e escravista, não havia interesse pela educação elementar, daí a grande massa de iletrados.

No período Pombalino, a Europa passa por profundas transformações políticas, econômicas e culturais que, através de Portugal, repercutiram na colônia. O Marquês de Pombal, movido por determinação política e econômica, tentando manter o absolutismo em Portugal e modernizar o reino, procurou combater toda forma de oposição, expulsando, inclusive, os jesuítas do reino português e de suas colônias, o motivo que justificava essa expulsão era que os jesuítas detinham um poder político e econômico muito forte e que deveria ser devolvido ao governo português. Outro ponto importante que fez com que Marques de Pombal expulsasse os jesuítas do Brasil foi que a educação do cristão estava a serviço da ordem e não aos interesses do país (Portugal). Com a expulsão dos jesuítas ganharam lugar novos currículos, novos métodos de ensino e nova estrutura da administração escolar, visando, dentro da política pombalina, criar condições para a industrialização de Portugal a partir de uma inovação estrutural na vida na colônia. Assim sendo, os bens dos padres foram confiscados e livros e manuscritos importantes destruídos. Os índios abandonaram as missões e foram entregues à própria sorte. O sistema educacional teve prejuízos por que não se substituiu imediatamente o ensino regular por outra organização escolar (GUIRALDELLI, 2009).

Pombal instituiu as aulas régias (“régias” porque pertenciam ao rei, ao Estado e não à Igreja). Os chamados Estudos Menores, que correspondiam ao ensino fundamental e médio (primeiras letras e ensino de humanidades) foram os primeiros a serem reformados, devido

caracterizarem o típico ensino jesuítico. Somente em 1772 foi iniciada a segunda fase, com a Reforma dos Estudos Maiores, quando a Universidade de Coimbra passou a ser reestruturada. Na reformulação do ensino de filosofia e letras, optou-se pela língua moderna (e não o latim, que era ministrado no *Ratium studiorum*), pelas matemáticas e ciências da natureza, procedendo-se também à atualização dos estudos jurídicos. Em meio a todas essas reformas, cerca de meio século de decadência e transição se passaram para instituir um novo regime educacional.

Guiraldelli (2009) afirma que persistiu durante o período Pombalino o panorama do analfabetismo e do ensino precário, restrito a poucos. Mas, além disso, houve também um real aumento do fosso entre letrados e analfabetos. As aulas régias eram avulsas e realizadas por professores mal pagos, que em muito perdiam em conhecimento para os jesuítas, que muito se dedicavam ao hábito da leitura e da prática de ensino ao processo alfabetização, e o ensino continuou extremamente desvinculado da realidade do aluno.

AULA 2. EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PERÍODO JOANINO AO IMPÉRIO

Em 1808, devido aos atritos da Corte portuguesa com Napoleão², a família real mudou-se para a colônia, sob a proteção da Inglaterra, sua principal aliada. A cidade do Rio de Janeiro precisou adaptar-se muito rapidamente para receber cerca de 10 a 15 mil pessoas de maneira repentina, pois este número exorbitante de cortesãos invadiram a cidade, as casas e as ruas antes pacatas e pouco movimentadas da cidade.

Com a vinda de D. João (futuro João VI), inaugurou-se o período Joanino, conhecido como o período histórico no qual D. João permaneceu no Brasil. Nesse momento, foram feitas modificações consideráveis na colônia brasileira, na qual a principal foi a abertura dos portos para as nações amigas, porém, foram desenvolvidas também importantes transformações culturais que resultaram da instalação da imprensa, museu, biblioteca e academias, construção de estradas e melhoria dos portos. Ainda nesse contexto, foram introduzidos no país novas espécies vegetais, como o chá, e passou-se a promover a vinda de colonos europeus para o Brasil. A produção agrícola voltou a crescer e nessa fase, o açúcar e o algodão, passaram a ser 1º e 2º lugar nas exportações do séc. XIX. Em resumo, os grandes marcos nesse período podem ser definidos a seguir:

² A transferência da corte portuguesa para o Brasil colônia ocorreu devido a recusa de Portugal em obedecer as ordens da França para aderir ao Bloqueio Continental, instituído para prejudicar os ingleses, na época os principais inimigos de seu líder, Napoleão.

- Criação da Imprensa Régia (1808) – até então proibida, *A Gazeta do Rio (jornal)* ; *A idade de outro no Brasil (Bahia)*.
- Biblioteca Pública (1810), futura Biblioteca Nacional – material doado pelo rei contando com cerca de 60 mil volumes;
- Jardim Botânico do Rio (1810) incentivou estudos de botânica e biologia.
- Museu Real (1818), depois Museu Nacional – *com material doado pelo rei*.
- Missão Cultural Francesa (1816) - influenciou a criação da Escola Nacional de Belas Artes

Contudo, a chegada D. João pouco interfere na educação, pois educar o povo da colônia inicialmente não era uma das intenções da coroa. A educação não foi considerada importante por que a população rural analfabeta era composta praticamente de escravos, e não havia interesse em lhes fornecer educação.

Assim sendo, no período Joanino o foco principal era ter minimamente uma estrutura educacional que pudesse instruir e educar os herdeiros da corte, pois estes embora tenham mudado de localidade, não poderiam deixar de ser adequadamente educados. Por essa razão, o foco nesse contexto foi o ensino superior, sobretudo aquele voltado para as profissões da elite. Deste modo, foram criadas escolas de nível superior nas quais a oferta eram os cursos de medicina, direito e engenharia. Por outro lado, na Academia Real Militar e na Academia politécnica formavam-se as pessoas para carreira militar e engenheiros civis. Ambas com bastante prestígio.

A primeira lei a ser pensada especificadamente para educação geral da população só vai surgir em 15 de outubro 1827, determinando a criação de escolas elementares em todas as cidades e vilarejos. Mas, os resultados da lei fracassaram devido a estrutura econômica, técnica e política que não correspondiam aos intuitos da lei. Havia ainda uma desvalorização do ensino primário elementar visto que ele não era exigência para o acesso aos outros níveis, assim sendo, a elite educava os filhos em casa com preceptores. Para os demais segmentos sociais restava a oferta de poucas escolas cuja atividade se restringia a ler, escrever e contar.

Pontes (2006) afirma que nas poucas escolas que atendiam a maior parte da população o Método de ensino utilizado era o que chamavam de “ensino mútuo” ou monitorial, voltado para instruir o maior número de alunos com o menor gasto possível. O ensino mútuo se ancorava na atividade de monitores no qual alunos de 10,12 anos eram incumbidos de repassar o aprendido aos demais. Porém, o formato de ensino mutuo não funcionou pelos seguintes motivos: não havia salas para abrigar o nº de alunos; Faltava materiais adequados ao ensino, a

remuneração não era vantajosa e os professores despreparados. Assim, os pais que podiam se reunir e pagavam professores que dessem aula em conjunto para seus filhos (PONTES, 2006).

No ensino secundário, assim como no primário, a qualidade do ensino não era boa, com professores improvisados e mal pagos, obrigados a se dedicar a outras atividades ao mesmo tempo e entre o ensino primário e secundário não havia pontes ou articulações: eram 2 mundos que se orientavam um na sua direção. Prevalecia nas escolas secundárias o ensino propedêutico – voltado para a preparação dos jovens para os cursos superiores. O Colégio D. Pedro II servia como modelo a ser seguido como escola secundária em todo o país, e era o responsável pela educação da elite intelectual. Era ainda a única instituição escolar capaz de conferir grau de bacharel, indispensável ao acesso aos cursos superiores.

No período do Brasil império, podemos destacar a figura de Leôncio de Carvalho, então deputado de São Paulo até 1881, que a partir de uma proposta de mudança audaciosa e radical propunha uma reforma para todos os níveis de ensino, bem como a defesa da liberdade de ensino, frequência, credo religioso, criação de escolas normais e fim da proibição da matrícula de escravos. Embora radical a reforma ficou em vigor por pouco tempo, pois conforme já enfatizado, a instalação de cursos superiores no Brasil estava ligada a defesa militar da colônia e aos interesses da família real, o que mostrava que atenção dada a educação elementar reforçava o caráter elitista da educação que privilegiava o acesso de nobres, proprietários de terra e oriundos de cargos administrativos e burocráticos.

A formação de professores, um problema tanto no período joanino quanto no império, só veio melhorar quando foram criadas as escolas normais, a 1ª delas fundada em 1835 em Niterói (RJ). As escolas normais ofereciam 2 a 3 anos de curso, muitas vezes de nível inferior ao secundário. Para ingressar bastava se brasileiro, ter 18 anos, saber ler e escrever e ter bons costumes. De início a escola normal atendia apenas rapazes, mas 30 anos depois abriu-se ao público feminino. A entrada da mulher na esfera pública educacional ocorreu porque era permitido conciliar o trabalho docente com as obrigações domésticas, e assim passou-se a ser socialmente aceito a mulher realizar este tipo de trabalho, pois ele estava ligado a experiência maternal.

A realidade nas escolas normais não era muito propícia a uma formação docente de qualidade, visto que tinham a duração instável, fechando e retornando às atividades com frequência, e o descaso com formação do mestre fazia sentido numa sociedade não comprometida com a educação elementar. Por essa razão, prevalecia a tradição de acolher professores sem formação, visto que não havia necessidade de método pedagógico específico.

Era costume nomear professores sem concurso, devido troca de apoio, forma de clientelismo que estimulava o nepotismo e protecionismo. Assim, existia uma espécie de distância entre o discurso que valorizava a profissão docente e a sua prática incentivando a criação das escolas normais, e a realidade prática em que se encontravam os professores, pois o governo pagava mal, não oferecia apoio didático e material as escolas normais para que elas não fechassem e muitas das vezes os empregos na educação eram dados para pessoas sem capacitação, por favores políticos.

Sobre a educação profissionalizante podemos dizer que o governo se desinteressava da educação popular e da formação técnica privilegiando as profissões liberais, destinadas a minoria. A educação não valorizada os problemas práticos ou econômicos, e aliava-se a isso a mentalidade escravocrata que desprezava o trabalho feito com as mãos, tendo-o como humilhante e inferior.

Por sua vez, as mulheres eram tidas dependentes e inferiores. Nas famílias ricas recebiam noções de leitura, mas sobretudo as prendas domésticas e boas maneiras, formação moral e religiosa. Uma escola de destaque na sua formação foi o **Seminário das educandas de São Paulo** (1825) que funcionava sob as ordens do estado. A educação ali ofertada ensinava a ler, contar, bordar, cozinhar, e protegia as meninas de vícios e depravação de costumes. Em 1932 por falta de professoras adequadas, as escolhas para meninas não chegavam a 20 em todo o país.

Em 1875, surge então a **Sessão feminina na escola Normal da Província**, instituição na qual as moças poderiam se profissionalizar na carreira do magistério. O colégio Pedro II era destinado apenas aos meninos, o que impossibilitava o acesso as mulheres, visto que esta era a única instituição que fornecia os exames para adentrar as universidades. Somente após abertura da universidade as moças, é que estas foram autorizadas a assistir aulas acompanhadas por um responsável, pois havia temor por parte da sociedade de uma exposição pública da figura dessas alunas.

AULA 3. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL NA PRIMEIRA REPUBLICA

No período de instituição da república iniciaram-se inúmeras reformas para resolver a desorganização do sistema educacional, entre elas as reformas de Benjamin Constant, a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa e a Carlos Maximiliano, porém todas as reformas que aconteceram tinham um caráter meramente paliativo, pois não buscava mudar a base da estrutura

educacional, ou seja, em outras palavras, mudava-se o sistema, mas a educação na prática continuava a mesma.

O modelo educacional tinha um cunho extremamente dualista, pois privilegiava, assim como nos períodos anteriores, a educação da elite, em detrimento da educação popular. Porém, os ideais republicanos que ansiavam por projetos de um novo Brasil traziam os resquícios de um velho tempo, no qual as bases erguiam as colunas da desigualdade social, o que acabou refletindo na Constituição Federal da República de 1891 que consagrava a descentralização do ensino, tornando-o pouco democrático, e privilegiando o ensino secundário e superior – que ficaria sob a responsabilidade da União –, em detrimento da expansão do ensino primário – no qual deveria ser reservado aos estados. Esse processo de descentralização que conferia maior poder aos estados podia representar, no plano das ideias, ou do discurso, mudanças positivas e significativas. Mas, na prática, significava o real descaso e o abandono dos estados mais pobres, que passaram a ficar à mercê da própria sorte para ofertar educação ao povo, o que ocasionou numa oferta educacional precária e que em nada combateu as altas taxas de analfabetismo já gritante no Brasil (ARANHA, 2006). Assim, a educação e a cultura tomaram grandes impulsos em determinadas regiões do sudeste e sul do Brasil, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, e o restante dos estados, sobretudo na região norte e nordeste prevaleceram profundas linhas do regime colonial e no regime do próprio Império.

Em todo o país, era o Estado de São Paulo que mais se destacava pelo investimento na área educacional e as lutas contra o analfabetismo. Contudo, esse investimento não partia do desejo de oferecer às camadas populares oportunidades de crescimento, mas sim do desejo de parte da emergente burguesia de afrontar a enraizada política oligárquica. Para isso era preciso aumentar o contingente eleitoral, e naquela época, o analfabeto era proibido de votar. Sem deixar de destacar que também era necessário preparar as pessoas para a nova ordem econômica. Mesmo diante desses fatores, não havia uma rede de escolas públicas organizada ou respeitável em todo o Brasil, e sobretudo no interior do país, existiam algumas pequenas escolas rurais, funcionando em condições miseráveis, e o corpo docente não tinha qualquer formação profissional.

AULA 4. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL NO PÓS REVOLUÇÃO DE 1930.

A década de 1930 significou uma grande efervescência ideológica que operou importantes discussões e transformações no campo educacional; parecia que no Brasil

realmente a população havia acordado para a importância da educação e para a necessidade de garantir a todos esses direitos. Em 11 de abril de 1931, com o decreto de nº 19.850, criou-se o Ministério da Educação e conseqüentemente as secretarias de Educação dos estados; e em 1932, o **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**, marca a história da educação, trazendo ideais de obrigatoriedade, gratuidade e laicidade do ensino para todos os brasileiros. Este documento escrito e redigido por Fernando Azevedo, congregava uma sistematizada concepção pedagógica, indo da didática a filosofia da educação, passando pela formulação da política educacional.

Nesse contexto, surgiram vários projetos, discussões e debates importantes que deram origem à Constituição Federal de 1934, que visava à organização do ensino brasileiro e pela primeira vez incluía um capítulo exclusivo falando e tratando sobre educação, no qual o Governo Federal passou a assumir novas atribuições como: “a função de integração e planejamento global da educação; a função normativa para todo o Brasil e todos os níveis educacionais; a função supletiva de estímulo e assistência técnica e a função de controle, supervisão e fiscalização (Piletti, 1991)

AULA 5. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA ERA VARGAS

O período getulista foi marcado por mudanças na produção e a concentração cada vez maior da população nos meios urbanos, surgindo a necessidade de eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho para um máximo de pessoas de modo a dar encaminhamentos para que o Brasil pudesse se desenvolver economicamente. A expansão da demanda escolar, neste sentido, deu-se nas regiões onde se intensificaram as relações de produção capitalista, o que acabou criando uma das contradições mais sérias do sistema educacional brasileiro, pois o Estado, agia mais com vistas ao atendimento das pressões do momento do que propriamente com vistas a uma política nacional de educação (GUIRALDELLI JR, 2009).

A política educacional dessa época se estruturou com base nas chamadas “Leis orgânicas de Ensino”, sendo a sua reforma conhecida como “Reforma Gustavo Capacema”. Nessa reforma foram três as principais medidas executadas, vejamos:

1. A **estrutura** implantada para a Educação por meio das Leis Organicas de ensino. No qual: ensino de primeiro grau constituído pelo ensino primário, com duração de quatro ou cinco anos, obrigatório para meninos e meninas de sete a 12 anos, gratuito nas escolas públicas.

O ensino de segundo grau, que deveria ser ofertado em posterior ao primeiro, também chamado de ensino médio, para garotos e garotas na faixa etária de 12 anos ou mais, compreendia por cinco ramos. O ensino secundário ou colegial tinha o objetivo de formar “individualidades condutoras”, pelo próprio ensino nele ministrado e pela preparação para as carreiras no ensino superior. Os demais ramos tinham a finalidade de formar força de trabalho produtivo: o ensino industrial, o ensino comercial, o ensino agrícola e o ensino normal, este último voltado para a formação de professores para o ensino primário. Essa estrutura implantada caracterizava uma dualidade entre a escola para a elite, pautada no ensino colegial que permitia a candidatura irrestrita ao ensino superior, e do outro lado a escola de formação profissional ofertada para os “menos favorecidos”, ficando o acesso ao ensino superior restrito a quem fazia o colegial e os cursos técnicos disponíveis para o restante da população.

2. A criação do **técnico de 2º de ciclo** (atual nível médio) que formava técnicos para trabalhar na indústria e comércio.

3. A criação do **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)** que se tornou um carro forte na frente da formação de mão de obra de operários para a indústria nesse contexto.

Como marca de um estado autoritário da época, a política para regimentar as transformações na educação eram constituídas a maior parte não por leis, mas por decretos-lei, instrumento que o governo cria para legislar sem a necessidade do congresso nacional.

Romanelli (2002) considera esse período como uma “hibernação” da oferta educacional no país, devido aos privilégios que foram dados à elite e à clara desvalorização da educação intelectual de nível superior a ser ofertada para o povo.

UNIDADE III

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL – PARTE II

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:

1. Conhecer os principais elementos da história da educação no Brasil: do contexto da Ditadura militar até a contemporaneidade;
2. Refletir sobre o processo histórico da educação do Brasil do contexto da ditadura militar até a contemporaneidade, considerando a realidade social, política, cultural e econômica de cada época, bem como as ideias e práticas educativas que se desenvolveram no Brasil ao longo destes períodos históricos.
3. Analisar quais os objetivos educacionais presentes no contexto da história do Brasil, com foco no contexto da ditadura militar até a contemporaneidade;
4. Localizar numa linha de tempo os acontecimentos educacionais mais importantes desde o contexto da ditadura militar até a contemporaneidade;
5. Compreender a partir do estudo da história da educação, qual a sua importância para o exercício da cidadania no Brasil.
6. Conhecer a abordagem da “Nova História” da educação e sua possibilidade de valorizar as narrativas das diferentes mentalidades que constituíram o Brasil.

AULA 1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL NA DITADURA MILITAR

Com o golpe militar de 1964, desapareceu o estado de direito e inicia-se no Brasil o período da ditadura militar. A doutrina de segurança nacional justificou todo tipo de repressão, desde cassação de direitos políticos, censura da mídia, até prisão, tortura, exílio e assassinato. Dessa maneira, perderam força os grupos que antes buscavam se fazer ouvir: operários, camponeses, estudantes. A situação adversa não tardou a provocar tensões sociais, sempre sufocadas por forte repressão. Nesse contextos inúmeros artistas, intelectuais, educadores e personalidades foram mandados para exílio fora do país, e milhares de pessoas foram torturadas ou desapareceram.

A educação predominada pela tecnocracia e pelas ideias expostas na teoria do capital humano. Em busca de modernizar a educação, em 1964 é feito um acordo MEC/USAID (United States Agency International for Development) para assessoria no ensino primário, com a vida

de técnicos americanos para o Brasil que deveriam implantar suas técnicas de ensino nas escolas públicas brasileiras. Uma espécie de transplante educacional advindo do modelo educacional americano para o brasileiro. Em 1965 e 1966 expandiu-se este acordo para a melhoria também do ensino médio e da formação técnica e profissionalizante. Previam-se as seguintes mudanças:

1. Capacitação de técnicos rurais;
2. Aperfeiçoamento de docentes para atuação no ensino médio;
3. Modernização da estrutura administrativa dos centros universitários;
4. Aprimoramento do ensino primário; e
5. Criação de um centro de capacitação educacional em Pernambuco.

A partir de tais metas vemos que a política educacional dessa época se estabeleceu atrelada ao desenvolvimento do país.

A união Nacional de estudantes (UNE) foi fechada e junto com ela todos os seus diretórios acadêmicos, e com o decreto n. 477 de 1969, os professores, alunos e funcionários passaram a ser proibidos de executar qualquer tipo de manifestação de caráter político.

Apartir de 1978, os movimentos populares surgidos de diversos segmentos da sociedade civil cada vez mais exigiam a abertura política e o retorno ao estado de legalidade. As campanhas das chamadas *diretas-já*, pelas eleições diretas, encheram as praças e ruas no país. Abaixo, imagem nas quais os artistas da Mpb como Caetano Veloso e Gilberto Gil aparecem em meio uma das manifestações a favor do fim da ditadura e da censura contra a cultura no país. Vejamos:



Imagem: artistas brasileiros da mpb no contexto da ditadura militar
Fonte: <https://www.lettras.mus.br/blog/musicas-da-ditadura>

AULA 2. HISTORIA DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS

Com o término do governo militar em 1985, teve início a então chamada Nova República, ainda que pela eleição indireta de Tancredo Neves. Com a sua morte trágica — acontecimento que provocou comoção popular —, o seu vice José Sarney consequentemente tornou-se o primeiro presidente civil desde 1964.

Em 1988 foi promulgada a nova Constituição brasileira, trazendo a tona uma serie de direitos sociais que deveriam ser garantidos a todos. O choque com as forças conservadoras foi sentido em diversos momentos, mas os tímidos avanços alcançados mantinha acesa as esperanças dos setores mais progressistas.

Fernando Collor, o primeiro presidente civil eleito pelo voto popular, governou apenas por dois anos (1990-1992), os motivos para isso foram as ineficazes medidas econômicas de impacto que foram tomadas durante o seu mandato, bem como as denúncias de escândalos de corrupção. Sendo assim, depois de muitas turbulências e intensa mobilização popular ocorreu o seu *impeachment*.

Com a posse de Fernando Henrique Cardoso em 1995, iniciou-se mais uma reforma educacional no Brasil, dessa vez com amplo elenco de ações, porém sem aumento de recursos financeiros para a manutenção e o desenvolvimento do ensino. A centralização dos recursos em nível federal, no fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério (FUNFED), possibilitou uma melhoria relativa na oferta educacional nas áreas mais pobres do país, entretanto provocou uma perda do seu padrão de qualidade em centros metropolitanos (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSHI, 2012).

Diferentemente dos governos anteriores, que faziam reformas em áreas ou níveis específicos, o governo FHC propôs e colocou em prática muitas mudanças que aconteciam em vários âmbitos, graus e níveis de ensino. Analistas e pesquisadores educacionais chegavam a enfrentar dificuldades para acompanhar todas as ações que aconteciam em ritmo frenético.

Libâneo, Oliveira e Toshi (2012) ao analisarem o contexto educacional deste período afirmam que a ampla e muitas vezes exarcebada divulgação das ações voltadas para a educação gerava a impressão de que os níveis de educação no Brasil finalmente estavam realmente evoluindo. Contudo, os autores apontam que resultados negativos no SAEB (Sistema de Avaliação Nacional do Ensino Fundamental) começaram a minar o otimismo recém criado devido a falta de vagas nas escolas para milhares de crianças e adolescentes, a não melhoria das

condições de salários dos professores, a crise econômica e o medo eminente do desemprego na sociedade. Levando tudo isso em consideração, FHC ainda foi reeleito para presidente, tendo a mesma política educacional estendida até o ano de 2002.

AULA 3. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O ano de 2002 foi o primeiro em toda a história brasileira no qual foi eleito um presidente de origem pobre para governar a nação. O pernambucano e também fundador do partido dos trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula Da Silva, chegou ao poder com uma proposta educacional chamada de “uma escola do tamanho do Brasil”, defendendo a bandeira de que a educação seria tratada como a grande prioridade de seu governo, e como a ação de maior protagonismo para propiciar uma real transformação da realidade econômica e social no país.

Considerando a educação como princípio fundamental para o exercício da cidadania, conforme a lei de diretrizes e bases da educação Nacional LDB 9.394/96, Lula se mostrou determinado a reverter o processo de municipalização da escola pública, promovendo e estimulando novos marcos entre os entes federativos para garantir a universalização da educação básica, na esperança de poder aumentar o nível de escolaridade nacional, e resgatar a qualidade do ensino em todos os níveis. Para isso, seu projeto de educação se pautava em três principais diretrizes, quais sejam:

- 1. Políticas para incentivar a democratização do acesso e a garantia da permanência;**

Para isso, Lula estimularia a ampliação do atendimento escolar no Brasil, principalmente nas zonas rurais, criando alternativas que pudessem assegurar o acesso e a permanência dos alunos na escola, articulando até mesmo os serviços de transporte escolar.

- 2. Qualidade social da educação;**

A qualidade da educação se mede a partir da oferta de educação escolar, bem como ao atendimento dos padrões de excelência e de adequação aos interesses da maioria da população. Sua consequência direta é a inclusão social, por meio do qual todos os brasileiros se tornam aptos ao questionamento, problematização, e tomada crítica de decisões.

- 3. Instauração do regime de colaboração entre os entes federativos e a democratização da gestão escolar.**

Para colaborar no processo de colaboração entre os entes federativos o governo Lula buscou por marcar e realizar as primeiras reuniões para instituir o sistema nacional de educação; Embora até este ano (2021) ele ainda não tenha verdadeiramente se instituído em nosso país em caráter de lei); Ampliou o Fundo de Manutenção e desenvolvimento do ensino Fundamental e de valorização do magistério (FUNDEF) para o Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) de forma a instituir proventos para os níveis de educação infantil e ensino médio. Estabeleceu ainda fóruns, conselhos e outras instâncias para educação.

Fora essas três principais vertentes, Lula ainda construiu durante seu mandato um Plano de Desenvolvimento da Educação, que foi apresentado ao então ministro da educação, Fernando Haddad, em abril de 2007. E que continha os seguintes elementos:

“um conjunto de iniciativas articuladas sob abordagem do sistema educativo nacional, cuja prioridade é a melhoria, da qualidade da educação básica, passando por investimentos na educação profissional e na educação superior, pois se entende que os diferentes níveis de ensino estão ligados, direta ou indiretamente. [...] o PDE visa mobilizar a sociedade para a importância da educação, envolvendo pais, alunos, professores e gestores em iniciativas que busquem o sucesso e a permanência do aluno na escola (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSHI, 2012, p. 192-193).

Vemos a partir de tais palavras que um Plano de Desenvolvimento da Educação contém estratégias de forte impacto para melhorar a qualidade educacional de um país. Os investimentos em educação no governo Lula tomaram tamanha proporção que na campanha presidencial de 2010, os reitores das universidades federais brasileiras chegaram a escrever uma carta de apoio a continuidade da proposta do então governo que ficou conhecido como “manifesto de reitores das universidades federais à nação brasileira”.

AULA 4. EDUCAÇÃO NO GOVERNO DILMA ROUSSEF

Dilma Roussef foi a primeira mulher a ser eleita presidente no Brasil. Durante sua campanha a então ainda candidata afirmava que se chegasse a presidência continuaria dando continuidade ao programa de educação do governo Lula. Por essa razão, sua intenção tinha como foco as mesmas políticas e incentivos à educação do governo passado, ou seja, continuar investindo em um Plano de Desenvolvimento da Educação Nacional (PDE). Porém, a

presidenta articulou ainda ações pontuais como elevar o destino do PIB para a educação gradualmente até chegar em 10%, criar de cursos universitários em cidade do interior, ampliar ofertas de vagas em creches e pré-escolas, ampliar cursos técnicos com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), e valorizar com planos de carreira cada vez melhores os professores da educação básica.

Com os objetivos acima a serem atingidos e com ações educacionais que já vinham se desenvolvendo desde o governo Lula, Dima Roussef conseguiu fazer com que o Brasil chegasse a atingir a sua menor taxa de analfabetismo em toda a história do país, chegando a 8,7% em 2012. Contudo, mesmo com estes dados positivos no campo educacional, a presidenta não chegou a concluir seu segundo mandato, pois sofreu de impeachment sem crime de responsabilidade, dando então ascensão ao novo presidente Michel Temer e seus apoiadores ao poder.

Com tais considerações, o que podemos concluir sobre a história da educação no Brasil é que ao longo de todos os mandatos que se desenvolveram, não foram produzidas políticas ou ações de estado que visassem dar continuidade aos investimentos do campo educacional, mas somente políticas de governo, que conforme mudanças no cargo de presidente, foram também sendo modificadas, não consolidando uma oferta educacional de qualidade e excelência para o povo brasileiro.

AULA 5. A NOVA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA

Diante de tudo que estudamos durante nosso curso, vocês podem finalizar a leitura da nossa apostila, se perguntando se existe apenas uma única versão da história da educação? Se os diversos sujeitos que vivenciaram os processos educativos ao longo da história da humanidade foram levados em consideração para falar sobre as suas experiências educativas dentro do espaço escolar. Sobre essa questão, o livro “A Escrita da História: novas perspectivas”, organizado por Peter Burke (professor de história cultural e membro do Emmanuel College, na Universidade de Cambridge), nos ajuda a compreender as mudanças ocorridas na historiografia a partir do surgimento da corrente chamada Nova História. Nessa corrente, os vários novos temas da história, e o mais importante, os vários sujeitos que a constituem, entram em cena para ocupando espaços especiais. Por isso mesmo, a história das mulheres, dos negros, dos índios, o renascimento das narrativas, a história oral passam a ganhar destaque se tornando um ponto central da obra e dessa nova concepção de se compreender a

constituição da história enquanto ciência.

A “Nova História”, oriunda da terceira geração da escola de Annales, um movimento historiográfico contemporâneo, enfatiza a importância da construção de uma história total, em que toda atividade humana pode ser analisada pelo viés histórico; e não somente os eventos políticos, daí o surgimento da história da infância, da juventude, da sexualidade, outros temas pertinentes para compreensão da configuração do entendimento da vida em sociedade.

Outro ponto importante decorrente dessa nova forma de se compreender a história é a possibilidade de se superar a tradicional visão elitista e unívoca dos fatos (os feitos dos grandes homens - gerais, figuras eclesiásticas, perspectivas ocidentais etc), passam a ser substituídos por uma visão mais plural, que inclui a cultura, experiência e os modos de vida populares, incluindo por exemplo os depoimentos e narrativas de pessoas que constituem parte de um povo. Um filme que retrata um pouco dessa valorização das narrativas de figuras populares para historiografia é o filme brasileiro “Narradores de Javé”, produzido por Eliane Caffé no ano de 2003, no qual podemos acompanhar nesta produção cinematográfica o trabalho e empenho dos moradores de Javé para contar por meio de narrativas e memórias o processo de como a cidade se constituiu, de modo a transformá-la em Patrimônio Histórico e cultural, evitando que a região fosse alagada pelo rompimento de uma represa.

Atenta aos movimentos sociais e às tendências em processo de transformação nas sociedades, a Nova História desconfia da razão pura e da possibilidade de uma objetividade total para se pensar a história (BURKE, 1992). Essa percepção segue de encontro com o pensamento da escritora feminista nigeriana Chimamanda Adichie que problematiza o perigo de uma história única, pois para ela o problema dessa história não é que ela seja mentira, mas sim que ela seja incompleta, mostrando apenas uma única versão dos fatos, e em consequência criando falsos estereótipos e produzindo uma versão redundante dos eventos e dos sujeitos.

Finalizamos nosso curso com o conhecimento dessa nova abordagem de se conhecer e estudar sobre história e história da educação, e desafio a todos/as vocês a realizarem pesquisas na internet e em livros e artigos que contemplem com maior profundidade as histórias das mentalidades que constituíram nossa história no Brasil (história dos índios, dos negros, das mulheres, das crianças, dos professores), e com desejos de novas descobertas e aprendizados, me coloco a disposição para trocar experiências e curiosidades!

Contem comigo!



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Mara Lúcia A. **História da Educação e da Pedagogia:** Geral e do Brasil. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira:** da Colônia ao Governo LULA. 2. ed. MANOLE, 2009.

LIBANEO, José Carlos; OLIVEIRA, José Ferreira; TOSHI, Mirza Seara. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PORTES, Écio Antônio; **História da Educação:** Ensino e pesquisa. AUTÊNTICA, 2006.

NEY, Antônio. **Política educacional:** organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2008.



**Av. Barão de Gurguéia, 3333 - Vermelha
Teresina - Piauí**

 **@maltafaculdade**

 **/maltafaculdade**